

# Sterlite Power

## BORBOREMA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME Nº 31.109.417/0001-10

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Prezados Acionistas,

A Administração da **Borborema Transmissão de Energia S.A.** ("Companhia" ou "**Borborema**") em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

#### Sociedade

A **Borborema Transmissão de Energia S.A.** ("Companhia" ou "**Borborema**"), foi constituída em 24 de julho de 2018 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia é controlada pela GBS Participações S.A. ("GBS Participações" ou "GBS" ou "Controladora"), cujas acionista é a Sterlite Brazil Participações S.A., apresentamos abaixo no quadro de estrutura acionária.

Sterlite Brazil Participações S.A.

100%

GBS Participações S.A.

100%

Borborema Transmissão de Energia S.A.

## BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.398	11.240	Fornecedores	9	9.022	19.003
Concessionárias e permissionárias	6	5.831	2.099	Empréstimos e financiamentos	10	11.347	6.030
Tributos e contribuições a compensar		64	79	Salários e encargos sociais		1.561	2.940
Prêmio de seguro		441	578	Tributos e contribuições sociais		353	806
Adiantamento a fornecedores	7	8	215	Imposto de renda e contribuição social		370	-
Ativo da concessão	8	50.005	46.032	Encargos setoriais		371	114
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>72.747</b>	<b>60.243</b>	Dividendos a pagar		1.622	1.226
<b>Não circulante</b>				PIS e COFINS diferido	11	1.963	1.680
Realizável a longo prazo				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>26.609</b>	<b>31.799</b>
Ativo da concessão	8	601.453	512.689	<b>Não circulante</b>			
Prêmio de seguro		-	64	Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	238.702	204.015
Adiantamentos a fornecedores	7	1.451	17.078	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	20.065	18.527
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>602.904</b>	<b>529.831</b>	PIS e COFINS diferidos	11	23.608	18.719
<b>Total do ativo</b>		<b>675.651</b>	<b>590.074</b>	Provisões para contingências	12	5.930	5.189
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>288.305</b>	<b>246.450</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	13a	164.458	164.458
				Reservas de lucros	13c	169.123	127.867
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>333.581</b>	<b>292.325</b>
				Adiantamento para futuro aumento de capital	13b	27.156	19.500
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>675.651</b>	<b>590.074</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de prejuízos	Lucro acumulado	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	139.019	(16.519)	2.629	49.463	-	-	174.592	3	174.595
Integralização de capital conforme AGE de 09 de março de 2022	-	570	-	-	-	-	570	(3)	567
Integralização de capital conforme AGE de 03 de agosto de 2022	-	15.949	-	-	-	-	15.949	-	15.949
Aumento de capital conforme AGE de 03 de agosto de 2022	25.439	-	-	-	-	-	25.439	-	25.439
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	19.500	19.500
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	76.502	76.502	-	76.502
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(727)	(727)	-	(727)
Constituição de reserva legal	-	-	3.825	-	-	(3.825)	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucro	-	-	-	71.950	-	(71.950)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>164.458</b>	<b>6.454</b>	<b>121.413</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>292.325</b>	<b>19.500</b>	<b>7.656</b>	<b>311.825</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	7.656	7.656
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	41.652	41.652	-	41.652
Constituição de reserva legal	-	-	2.083	-	-	(2.083)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(396)	(396)	-	(396)
Constituição de lucros a realizar	-	-	-	-	-	39.173	(39.173)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>164.458</b>	<b>-</b>	<b>8.537</b>	<b>121.413</b>	<b>39.173</b>	<b>-</b>	<b>333.581</b>	<b>27.156</b>	<b>360.737</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

**1.1. Objeto social:** A Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "**Borborema**"), foi constituída em 24 de julho de 2018 é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia em junho de 2022 entrou parcialmente em operação comercial com parcela de RAP de 89,57%. Em novembro de 2022 as demais instalações foram concluídas e entregues à operação comercial. Adicionalmente, há um reforço para implantação de novo transformador de 500/230-13,8 kV na SE João Pessoa II, que foi concluído em maio de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está 100% operacional e recebendo 100% de sua RAP. A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar no município de São Paulo. A companhia é controlada pela GBS Participações S.A., cuja acionista é a Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"). **1.2. Da Concessão:** Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 002/2018. O contrato de concessão foi assinado em 21 de setembro de 2018, apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado da Paraíba: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Campina Grande III e João Pessoa II, em circuito simples, com extensão aproximada de 123 km; (ii) Subestação João Pessoa II 500/230-13,8 kV - (3+1R) x 150MVA e 230/69kV - 2 x 150 MVA; (iii) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção,

### Concessão

Em 28 de junho de 2018, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 04 do Leilão ANEEL nº 02/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O contrato de concessão nº 03/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, bem como recebeu autorização para implantação de reforço, através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759 de 13 de outubro de 2021, que conjuntamente asseguram uma Receita Anual Permitida (RAP) atualizada para o ciclo a iniciar em julho de 2023 de R\$ 47.235.247,12.

### Perfil

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado da Paraíba:

- Linha de transmissão em corrente alternada em 500 kV, entre as subestações de Campina Grande III e João Pessoa II, em circuito simples, com extensão aproximada de 123 km;
- Subestação João Pessoa II 500/230-13,8 kV - (3+1R) x 150MVA e 230/69kV - 2 x 150 MVA;
- Implantação dos trechos de linhas de transmissão em 230 kV, circuitos duplos, com extensões aproximadas de 0,5 km, compreendidos entre a subestação João Pessoa II e os pontos de sectionamentos das linhas de transmissão em 230 kV Goianinha - Mussurú II, Goianinha - Santa Rita II e Santa Rita II - Mussurú II;
- Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
- Implantação de reforços autorizados na SE João Pessoa II, quais sejam: segundo banco de autotransformadores monofásicos TR2 500/230- 13,8 KV - 3x150 MVA e adequações no módulo geral em 500 kV.

### Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia). O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica

(ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia, são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente, garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

### Governança corporativa

A Sociedade é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

### Responsabilidade ambiental e social

A empresa opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 23 de abril de 2024

A Administração

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida de margem		72.767	184.881	Remuneração do ativo de concessão líquido		53.845	39.339
Receita de operação e manutenção		1.484	1.848	Receita operacional líquida	14	128.096	226.068
Custo de implementação de infraestrutura	15	(58.031)	(137.771)	Custo de operação e manutenção	16	(3.470)	(1.746)
Custo de operação e manutenção	16	(3.470)	(1.746)	Lucro bruto		66.595	86.551
Lucro bruto		66.595	86.551	Despesas gerais e administrativas	17	(4.832)	(2.734)
Despesas gerais e administrativas	17	(4.832)	(2.734)	Outras receitas/(despesas)	18	2.362	-
Outras receitas/(despesas)	18	2.362	-	Lucro antes do resultado financeiro		64.125	83.817
Lucro antes do resultado financeiro		64.125	83.817	Receitas financeiras	19	814	1.044
Receitas financeiras	19	814	1.044	Despesas financeiras	19	(20.515)	(690)
Despesas financeiras	19	(20.515)	(690)	<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>41.652</b>	<b>76.502</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>41.652</b>	<b>76.502</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	41.652	76.502
Total de resultados abrangentes	41.652	76.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social	44.424	84.171
PIS e COFINS diferidos	5.172	8.134
Juros e variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	14.698	14.517
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	2.685	-
Apropriação custo de captação de debêntures	71	-
Provisões para contingências	741	5.189
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Ativo de concessão	(92.737)	(222.692)
Concessionárias e permissionárias	(3.732)	(2.099)
Impostos e contribuições a compensar	15	(13)
Prêmio de seguro	201	(122)
Adiantamentos a fornecedores	15.834	(17.056)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(9.981)	(10.726)
Tributos e contribuições sociais	(453)	(1.603)
Salários e encargos sociais	(1.379)	2.779
Encargos setoriais	257	114
Outros passivos circulantes	-	(788)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(864)	(158)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(25.048)	(140.353)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	41.955
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.656	19.500
Custos de captação de debêntures	-	(499)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	41.809	57.080
Amortização do principal de debêntures e empréstimos	(7.318)	-
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(11.941)	(8.000)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	30.206	110.036
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	5.158	(30.317)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.240	41.557
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	16.398	11.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Tabela 1 - investimento (R\$), O&M (%) e RAP (R\$).

	Investimento	O&M	REN RAP 905/2020	RAP Atualizada
Instalação do 2º banco de transformadores 500/230 kV, 3x 150 MVA cada, respectivas conexões, 01 integração de barras 500 kV, arranjo DJM, para adequar a conexão do 1º banco de transformadores.	87.713.179,14	2,0	10.759.038,21	4,1, a. 12.021.203,90
<b>Total</b>	<b>87.713.179,14</b>	<b>-</b>	<b>10.759.038,21</b>	<b>- 12.021.203,90</b>

### Referência de preço: junho de 2021.

Na Portaria MME nº 1.111/SPE/MME de 15 de dezembro de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759, de 13 de outubro de 2021, de titularidade da Companhia. **1.4. Encargos regulatórios:** Conforme instituído pelo art.13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>


**BORBOREMA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ/ME Nº 31.109.417/0001-10

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023**

★ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
**31 de dezembro de 2023** (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 28 de março de 2024. **2.2. Continuidade operacional:** Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos a menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 11); • Contabilização de contratos de concessão (Nota 8). Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

**3.1. Instrumentos financeiros:** a) **Ativos financeiros:** i) **Classificação e mensuração:** Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos do principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias, e os passivos financeiros estão relacionados a fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures. ii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) **Baixa de ativos financeiros:** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em

tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (Nota 8). O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (Nota 8). O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) **Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não

interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** **Correntes:** A Companhia adota regime tributário do lucro presumido para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%. **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.12. Impostos sobre a receita:** a) **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.13. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

**4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES**

**4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2023 as normas abaixo, entre-tanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis; • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. **4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	9.021	7.142
Aplicações financeiras	7.377	4.098
	<b>16.398</b>	<b>11.240</b>

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, remuneradas pelo CDI, 70% a 98% em 2023, (CDI, 98% a 100% em 2022), cuja rentabilidade até 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 814 (R\$ 1.044 em 31 de dezembro de 2022).

**6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS**

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	5.831	2.099
	<b>5.831</b>	<b>2.099</b>

A Companhia entrou em operação comercial parcial em junho de 2022, com parcela de RAP de 89,57% e em novembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação completando a parcela de RAP original de 100%. A Companhia tem prazo médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento. Durante o exercício em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

**7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES**

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a funcionários	8	-
Adiantamentos a fornecedores (i)	1.451	17.293
	<b>1.459</b>	<b>17.293</b>

Circulante **8** 215  
 Não Circulante **1.451** 17.078  
 (i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores. Com a aceleração das obras em 2022 foi necessário intensificar a contratação de serviços e materiais, o que justifica a relevante variação entre os anos em questão.

**8. ATIVO DE CONCESSÃO**

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	558.721	336.029
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	75.989	191.885
Remuneração do ativo de concessão	55.854	40.829
Receita de O&M	3.697	1.962
(-) Faturamento	(42.803)	(11.984)
	<b>651.458</b>	<b>558.721</b>
Circulante	50.005	46.032
Não circulante	601.453	512.689

**9. FORNECEDORES**

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores relacionados a implementação da infraestrutura (i)	3.304	13.497
Retenções contratuais (ii)	2.359	3.166
Materiais e serviços não faturados (iii)	3.359	2.340
	<b>9.022</b>	<b>19.003</b>

(i) Custos finais dos projetos e gastos de desmobilização de obras. (ii) As retenções contratuais, são mecanismos de garantia de cumprimento das cláusulas nos contratos de aquisições, são negociadas no momento da contratação um percentual variável que será aplicado nos pagamentos efetuados. Os valores retidos, serão ressarcidos às contratadas proporcionalmente quando da conclusão e aceitação da contratante da integralidade da lista de pendência. Com a finalização do projeto, estamos em fase de reconciliação dos fornecedores. (iii) Materiais e serviços não faturados, conforme boletim de medição de serviços realizados para mobilização de canteiro, fundações e administração EPC.

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

\* continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) Os empréstimos, financiamentos e debêntures são compostas da seguinte forma:

Instituições financeiras	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a.	31/12/2023	31/12/2022
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	15/12/2040	IPCA + 1,4541%	114.154	102.677
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	15/12/2040	IPCA + 1,7772%	17.604	15.836
Banco do Brasil - FDNE I	01/09/2041	IPCA + 2,1512%	17.336	9.379
Banco do Brasil - FDNE II	01/09/2041	IPCA + 3,1635%	41.216	26.885
1ª emissão de debêntures	16/01/2045	IPCA + 6,10%	59.739	55.268
Total de empréstimos e financiamentos			250.049	210.045
Circulante			11.347	6.030
Não circulante			238.702	204.015
			250.049	210.045

b) Movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures:

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Pagamento do juros	Pagamento de principal	Amortização dos custos de captação	Saldo em 31/12/2023
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	102.677	15.658	6.599	—	(6.665)	(4.131)	16	114.154
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	15.836	2.415	1.065	—	(1.075)	(637)	—	17.604
Banco do Brasil - FDNE I	9.379	8.404	844	—	(571)	(721)	1	17.336
Banco do Brasil - FDNE II	26.885	15.332	2.656	—	(1.882)	(1.829)	54	41.216
Debêntures	55.268	—	3.534	2.685	(1.748)	—	—	59.739
Total	210.045	41.809	2.685	2.685	(11.941)	(7.318)	71	250.049

  

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Captações e adições	Juros	Atualização monetária	Pagamento do juros	Custos de captação	Saldo em 31/12/2022
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	84.382	18.035	7.154	—	(6.894)	—	102.677
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	13.014	2.781	1.147	—	(1.106)	—	15.836
Banco do Brasil - FDNE I	—	9.379	—	—	—	—	9.379
Banco do Brasil - FDNE II	—	26.885	—	—	—	—	26.885
Debêntures	49.551	—	3.291	2.925	—	(499)	55.268
Total	146.947	57.080	11.592	2.925	(8.000)	(499)	210.045

A Companhia realizou, em novembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,10% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 28 (vinte e oito) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em janeiro de 2024 e a última em janeiro de 2045. A Companhia firmou com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), em novembro de 2019, um contrato de financiamento no valor de R\$ 139.019. Sobre os valores prioritários, correspondentes a R\$ 120.218, incidirão juros remuneratórios de 1,4541%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, correspondentes a R\$ 18.801, os juros serão de 1,7772%, acrescidos de IPCA. Os pagamentos de juros ocorrerão trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em 15 de julho de 2023. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vencidas de principal, até o vencimento final do contrato, em 15 de dezembro de 2040. Até dezembro de 2023, a Companhia recebeu o montante de R\$ 136.238, sendo R\$ 118.036 destinados a áreas prioritárias e R\$ 18.202 destinados a áreas não prioritárias. A Companhia firmou com o Banco do Brasil, em novembro de 2021, um contrato de financiamento no valor de R\$ 60.000, providos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) ("Financiamento BB-FDNE"). Sobre o Subcrédito I ("FDNE I"), no valor de R\$ 17.783, incidirão juros de 2,1512%, sobre o Subcrédito II ("FDNE II"), no valor de R\$ 42.216, incidirão juros de 3,1635%, ambos acrescidos de IPCA. O primeiro desembolso ocorreu em outubro de 2022, no valor de R\$ 36.264, o segundo e último aconteceu em agosto de 2023, no valor de R\$ 23.736. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão em 38 (trinta e oito) prestações semestrais consecutivas, sendo o primeiro pagamento em março de 2023 e o último em setembro de 2041. Em novembro de 2021, a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco, Santander e BTG. Foram emitidas, em nome de Borborema, fianças bancárias no valor de R\$ 50.000, referente à Emissão de Debêntures e ainda R\$ 139.000 referente ao financiamento do projeto junto ao Banco do Nordeste ("BNB"). De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures e do financiamento junto ao BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em junho de 2023, as cartas de fiança emitidas em favor dos debenturistas foram exoneradas pelo Agente Fiduciário, dada a Companhia ter atingido a Conclusão do Projeto, de acordo com a cláusula 4.22 da Escritura de Emissão das Debêntures. Em novembro de 2023, o CPG e as cartas de fiança em favor do BNB foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos. Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, do Financiamento BB-FDNE e do CPG a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 04 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil e a GBS Participações alienaram fiduciariamente as ações da Borborema aos Credores. Em 31 de dezembro de 2023, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants), inclusive com relação ao índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) que deve ser de no mínimo 1,20, índice que foi atingido em 2023. Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
2024	—	6.477
2025	9.529	7.487
2026	9.678	7.627
2027	10.569	8.463
2028	11.607	9.390
2029	12.586	10.262
2030	13.418	11.043
2031	13.223	10.837
Após 2032	158.092	132.429
	238.702	204.015

## 11. TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Impostos diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda diferido	13.029	12.246
Contribuição social diferida	7.036	6.281
IR e CS diferidos (Não circulante)	20.065	18.527
PIS diferido	4.544	3.633
COFINS diferida	21.017	16.766
PIS e COFINS diferidos	25.571	20.399
	45.636	38.926
Circulante	1.963	1.680
Não circulante	43.673	37.246

Os tributos diferidos sobre o lucro são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido. (i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos 2023:

	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	128.096	128.096
Alíquotas	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social esperada	10.248	15.372
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(2.562)	(1.383)
Outros ajustes (*)	1.777	630
Impostos de renda e contribuição social diferido	(785)	(753)

(\*) Refere-se basicamente aos ajustes de IR e CS diferido sobre o saldo total do ativo de concessão.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e serão tributados na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700.

c) Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos 2022:

	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	226.068	226.068
Alíquotas	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(18.085)	(27.128)
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(4.521)	(2.442)
Outros	(163)	(50)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(4.684)	(2.492)

d) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido:

	Reconhecido 31/12/2021	Reconhecido no resultado 31/12/2022	Reconhecido 31/12/2022	Reconhecido no resultado 31/12/2023
Ativo/passivo				
Imposto de renda	(7.561)	(4.684)	(12.244)	(785)
Contribuição social	(3.791)	(2.492)	(6.283)	(753)
Não circulante	(11.352)	(7.176)	(18.527)	(1.538)
				(20.065)

## 12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a) Contingências passivas - risco de perda provável: A Administração da Companhia com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Quantidade de processos	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2021	—	—
Cíveis	65	5.189
Saldo em 31 de dezembro de 2022	65	5.189
Cíveis	(4)	741
Saldo em 31 de dezembro de 2023	61	5.930

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referem-se a Ações de Constituição de Servidão e processos fundiários. b) Contingências passivas - risco de perda possível: A Administração da Companhia, com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise do processo judicial, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para o mesmo, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre o mesmo foi constituída. Em 31 de dezembro de 2023, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia estão representados conforme segue:

	Quantidade	Valor
Processos judiciais	1	52
Cíveis	1	52

O processo relacionado a perdas possíveis da Companhia referia-se a processos fundiários.

## 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: A Companhia foi constituída em 24 de julho de 2018 com capital social autorizado de R\$1, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito da Companhia é de R\$164.458, representado por 164.458.647 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional no valor nominal de R\$1 cada. b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC: A Companhia recebeu da sua única acionista GBS durante o exercício, valores destinados a serem utilizados como futuro aporte de capital no montante de R\$ 7.656, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 27.156 (R\$ 19.500 em 31 de dezembro de 2022) e a Companhia tem a intenção de integralizar ao longo dos próximos 12 meses. c) Reservas de lucros:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	41.652	76.502
Constituição da reserva legal (i)	(2.083)	(3.825)
Base de cálculo de dividendos	39.569	72.677
Dividendos mínimos obrigatórios	(396)	(727)
Reserva de lucros a realizar (ii)	(39.173)	(71.950)
Saldo de lucros acumulados	—	—

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva.

d) Dividendos mínimos obrigatórios: O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2023 o valor foi de R\$ 396 (R\$ 727 em 2022).

## 14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	75.989	191.885
Remuneração do ativo de concessão	55.854	40.829
Receita de operação e manutenção	3.697	1.962
Total da receita bruta	135.540	234.676

	31/12/2023	31/12/2022
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura líquida	(574)	(1.247)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(358)	(265)
PIS diferido sobre operação e manutenção	(297)	—
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura	(2.648)	(5.757)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(1.651)	(1.225)
COFINS diferido sobre operação e manutenção	(1.375)	—
Total de deduções	(6.903)	(8.494)
Encargos setoriais	(541)	(114)
Receita operacional líquida	128.096	226.068
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 15)	(58.031)	137.771
Margem de implementação da infraestrutura	15.478	47.110
Margem %	26,67%	34,19%

## 15. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	—	(10.431)
Máquinas e equipamentos	(42.723)	(54.980)
Serviços de terceiros	(100)	(29.627)
Gastos ambientais	—	(577)
Edificação	(8.546)	(14.164)
Servidão	(42)	(645)
Juros capitalizados	(2.986)	(14.517)
Outros	(3.634)	(12.830)
	(58.031)	(137.771)

Custos referentes à construção do projeto cujas atividades se intensificaram durante os exercícios de 2023 e 2022 principalmente com aquisição de máquinas e equipamentos bem como contratação de serviços.

## 16. CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(126)	—
Serviços de terceiros	(3.279)	(1.700)
Outros	(65)	(46)
	(3.470)	(1.746)

## 17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	(2.431)	(489)
Serviços de terceiros	(1.031)	(1.113)
Aluguéis	(95)	(45)
Tributos	(32)	(16)
Seguros	(935)	(823)
Outros	(308)	(248)
	(4.832)	(2.734)

As despesas gerais e administrativas apresentadas referem-se substancialmente a serviços de consultoria e amortização das despesas antecipadas de seguros.

## 18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas (CDE)	2.362	—
	2.362	—

Refere-se aos valores a título da CDE (Conta Desenvolvimento Energética) liquidados no âmbito da CCEE.

## 19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	814	1.044
	814	1.044

## Despesas financeiras

Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(14.397)	—
Comissões e taxas	(5.552)	—
Despesas bancárias	(475)	—
Multa	(45)	(127)
IOF	(9)	—
Outros	(37)	(563)
	(20.515)	(690)
	(19.701)	354

## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional recebida	38.731	38.731
Alíquota sobre a receita	8%	12%
	3.098	4.648
Receitas financeiras	191	191
Base de cálculo	3.289	4.839
Alíquotas vigentes	25%	9%
	822	436
Outros	(24)	1
Impostos de renda e contribuição social corrente	798	436

## 21. SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração Pública, conforme apresentado a seguir:

Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Segurado	Valor
Construção	Engenharia	AXA Seguros	21/06/2021	30/09/2024	R\$ 283.282	
Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	12/06/2023	12/06/2024	R\$ 30.000	


**BORBOREMA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ/ME Nº 31.109.417/0001-10

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023**

→ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
**31 de dezembro de 2023** (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **22.3. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela diretoria da Companhia. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. **Análise de sensibilidade:** O ativo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário. Os passivos financeiros da Companhia estão atrelados à variação do IPCA do período somados as taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade dos passivos financeiros inclui as taxas fixas dos contratos nos cenários de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia, adotando-se a data base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções de cada indexador.

**DIRETORIA**
**Jell Lima de Andrade**  
Diretor Presidente

**Luciana Borges Araujo Amaral**  
Diretora Financeira

**Ítalo Augusto Vasconcelos David**  
Diretor de Operações

**Cinthia Neri**  
CRC - 1SP270076/O-3

**CONTADORA**
**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores, diretores e Acionistas da **Borborema Transmissão de Energia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Borborema Transmissão de energia (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo de contrato:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 651.458 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o

componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.3 e 8 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela**

**auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024.

**Ernst & Young**  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SF034519/O  
**Francisco F. A. Noronha Andrade**  
Contador CRC PE-026317/O




 Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>